

Educação popular e estudos feministas: contribuições para a linguagem inclusiva¹

Amanda Motta Angelo Castro¹, Nivia Ivette Núñez De La Paz²

Resumo

Este texto tem como objetivo principal discutir as contribuições de Paulo Freire para o uso da linguagem inclusiva. Em 1964, Freire escreveu sua principal obra: *Pedagogia do oprimido*, que mudou o mote da educação e abriu debates sobre uma educação política e popular. Entretanto, um assunto importante passou despercebido pelo autor: o uso da linguagem inclusiva. Sobre a ausência das mulheres, o livro recebeu inúmeras críticas, principalmente das feministas estadunidenses. Vinte e dois anos depois, Freire escreveu *Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido*, publicada em 1992. Neste trabalho, Freire poderia ter deixado as críticas feministas guardadas e esquecidas para sempre, mas ele não o fez. Ao contrário, fez referência à importância do lugar da linguagem inclusiva, afirmando a necessidade de refazer a linguagem. Com esse ponto de partida, Freire passou a escrever na linguagem inclusiva. O movimento feito por Freire de repensar a linguagem contribuiu para os estudos feministas que, de longa data, vêm afirmando a importância da inclusão das mulheres na linguagem tanto escrita quanto oral.

Palavras-chave

Educação Popular. Estudos Feministas. Linguagem Inclusiva. Gênero.

1. Este texto foi apresentado no I Fórum de leituras Paulo Freire da Região Norte, em abril de 2016, ocorrido em Manaus, Amazonas, Brasil.

2. Doutora em Educação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Rio Grande do Sul, Brasil; professora adjunta da Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: motta.amanda@gmail.com.

3. Mestra em Teologia pelas Faculdades EST, São Leopoldo, Rio Grande do Sul, Brasil; membro do Grupo de Pesquisa Teologia Pública em Perspectiva Latino-Americana, do Núcleo de Estudo e Pesquisa do Protestantismo (NEPP) da Faculdades EST, Cuba. E-mail: nivianpaz@yahoo.com.br.

Popular education and feminist studies: contributions to the inclusive language

Amanda Motta Angelo Castro*, Nivia Ivette Núñez De La Paz**

Abstract

This text main objective is to discuss Paulo Freire's contributions to the use of inclusive language. In 1964, Freire wrote his main work: *Pedagogia do oprimido*. The publication of Freire's work changed the education motto and opened debates about a popular and political education. However, in this work, an important subject went unnoticed by the author: the use of inclusive language. The book received several critics due to women absence, mainly from American feminist groups. Two decades later, Freire wrote *Pedagogia da Esperança: Um reencontro com a pedagogia do oprimido*, published in 1992. In this work, Freire could have ignored and forgotten the feminist criticisms, but he didn't. Instead, he referred to the inclusive language place importance, asserting the need of language rework. On this basis, Freire began to write using the inclusive language. With Freire's movement to rethink language, he contributed to feminist studies which have long been affirming the importance of including women in both written and oral language.

Keywords

Popular Education. Feminist Studies. Inclusive Language. Gender.

*PhD in Education, University Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, State of Rio Grande do Sul, Brazil; assistant professor at the Federal University of Rio Grande, State of Rio Grande do Sul, Brazil. E-mail: motta.amanda@gmail.com.

** Master in Theology, EST College, São Leopoldo, State of Rio Grande do Sul, Brazil; member at the Public Theology Group in Latin American Perspective, Nucleus of Study and Research of Protestantism (NEPP), EST College, Cuba. E-mail: nivianpaz@yahoo.com.br

Dialogando...

“Por muito tempo na história, anônimo era uma mulher”.

(Virginia Woolf, 1929)

Este texto tem como objetivo principal discutir a importância da linguagem inclusiva e as contribuições de Paulo Freire e dos Estudos Feministas para a desconstrução da linguagem conhecida como oficial.

Em 1964, Paulo Freire escreve sua principal obra: *Pedagogia do oprimido*. Esta publicação muda o mote da educação e abre debates sobre uma educação política e popular. A obra, embora – e sem dúvida – magnífica, “esquece” uma questão importante que, na época, “passou despercebida” pelo autor: a linguagem inclusiva. Sobre essa questão, o livro recebeu inúmeras críticas, principalmente das feministas estadunidenses.

Vinte e dois anos após essa publicação, Freire escreve o livro *Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido*. O livro, de caráter autobiográfico, é uma obra para ser lida com um nó na garganta e lenço nas mãos. Nesse livro, o penúltimo publicado pelo autor, Freire poderia ter deixado as críticas feministas guardadas e esquecidas para sempre, mas ele não o fez. Pelo contrário, assume seu machismo aprendido na sociedade patriarcal e retoma essa questão, fazendo referência à importância do lugar da linguagem inclusiva, abrindo um diálogo pouco feito na academia e afirmando ser necessário refazer a linguagem.

E dessa forma, Freire conta o início de sua aproximação com a linguagem inclusiva:

Começarei exatamente pela linguagem machista que marca todo o livro e de minha dívida a um sem-número de mulheres norte-americanas que, de diferentes partes dos Estados Unidos, me escreveu, entre fins de 1970 e começos de 1971, alguns meses depois

que saiu a primeira edição do livro em Nova York. Era como se elas tivessem combinado a remessa de suas cartas críticas que me foram chegando às mãos em Genebra durante dois a três meses, quase sem interrupção. De modo geral, comentando o livro, o que lhes parecia positivo nele e a contribuição que lhes trazia à sua luta, falavam, invariavelmente, do que consideravam em mim uma grande contradição. É que, diziam elas, com suas palavras, discutindo a opressão, a libertação, criticando, com justa indignação, as estruturas opressoras, eu usava, porém, uma linguagem machista, portanto discriminatória, em que não havia lugar para as mulheres. Quase todas as que me escreveram citavam um trecho ou outro do livro, como o que agora, como exemplo, escolho eu mesmo: “Desta forma, aprofundando a tomada de consciência da situação, os homens se ‘apropriam’ dela como realidade histórica, por isto mesmo, capaz de ser transformada por eles”. E me perguntavam: “Por que não, também, as mulheres?”. (FREIRE, 1997, p. 34-35).

Com esse ponto de partida, Freire (1997) passa a escrever na linguagem inclusiva – isto é, usando o masculino e o feminino. Esse movimento contribuiu para os escritos feministas que, de longa data, vêm afirmando a importância da inclusão das mulheres na linguagem, tanto escrita quanto oral. Isso porque “a recusa à ideologia machista, que implica necessariamente a recriação da linguagem, faz parte do sonho possível em favor da mudança do mundo” (FREIRE, 1997, p. 68).

Neste texto, buscamos realizar um paralelo entre os Estudos Feministas e a educação popular na busca pela linguagem inclusiva, a partir de três pontos cruciais: 1) Que o masculino não inclui o feminino (HIERRO, 2007); 2) Que a linguagem “oficial” é sexista e exclui as mulheres (FREIRE, 1997); 3) Que a linguagem precisa ser recriada, reconstruída e repensada para ser verdadeiramente inclusiva e, principalmente, para que seja promotora de relações humanizadas, buscando, assim, a igualdade entre mulheres e homens.

Por desafiar a norma excludente da linguagem “oficial”, essa temática é polêmica, assim como quase todas as temáticas da agenda feminista e da educação popular também são, principalmente pelo fato de questionarem o que “normalmente”, durante séculos, tem permanecido oculto, sabotado e “naturalizado” pela sociedade patriarcal, classista, racista e heteronormativa.

As temáticas levantadas como bandeiras de transformação pelos feminismos e pela educação popular são temáticas de denúncia, mas elas não ficam somente nessa ação, pois, à medida que denunciam, anunciam que outra forma de convivência é possível e necessária.

A recusa à ideologia machista, que implica necessariamente a recriação da linguagem, faz parte do sonho possível em favor da mudança do mundo. Por isso mesmo, ao escrever ou falar uma linguagem não mais colonial, eu o faço não para agradar a mulheres ou desagradar a homens, mas para ser coerente com minha opção por aquele mundo menos malvado de que falei antes. Da mesma forma como não escrevi o livro que ora revivo, para ser simpático aos oprimidos como indivíduos e como classe e simplesmente fustigar os opressores como indivíduos e como classe também. Escrevi o livro como tarefa política, que entendi dever cumprir. (FREIRE, 1997, p. 35).

Estamos falando da necessidade de desconstruir séculos de opressão (e tudo o que isso tem significado) para logo após reconstruir a linguagem através da proposta de outras formas. Tanto os estudos feministas quanto Freire (1992) propõem esse movimento de recriação. Não é um movimento “mágico”, é um movimento que precisa de tempo, crítica, questionamentos, leituras, conhecimento, apropriação e transformação. Um movimento que rejeita o sentido único porque não aspira ao pensamento único. Um movimento que não se traduza em imposição e, sim, que seja um permanente diálogo.

Como mulheres, precisamos nos empoderar para promover e efetivar transformações culturais e sociais. Nesse processo de empoderamento – contínuo e constante – a União das mulheres é imprescindível. Porém, também é imprescindível a caminhada conjunta com homens que almejam tais transformações em prol de uma vida digna para todas as pessoas.

A linguagem masculina, sexista, machista e, antropocêntrica é injusta, opressora, excludente. Ela é conhecida e adjetivada como “linguagem oficial”, “linguagem culta”, “linguagem linda”, “linguagem bem escrita ou bem falada”, “linguagem fluente (que dizem que não atrapalha), a qual tem sido e é responsável pela invisibilidade, rejeição e condenação a uma “não-existência” de grande parte da humanidade (aqui deve ser lido “mulheres”).

Feministas e educadorxs popularxs desvendam, alertam, apontam, elucidam, advogam e avocam pela impreterível mudança linguística. Afirmar a estaticidade da linguagem é, além de falta de conhecimento, compactuar com um mito misógino. E é pelo fato de não compactuarmos com tal mito que propomos o movimento, a diversidade e a inclusão na linguagem. É pelo fato de não compactuarmos com ele que denunciamos as opressões, reafirmando e recriando a esperança. Tudo isso pretende ser este texto! Estamos juntas? Vamos pensar? Vamos dialogar? Vamos andar? Então, precisamos desconstruir...

O masculino não inclui o feminino!

Sim, é verdade... sabemos e não duvidamos que, historicamente, a linguagem oficial que escutamos e repetimos tanto oralmente quanto na escrita é apresentada no masculino: todos, homens, pais, cidadãos, alunos, meninos etc. Escutamos e repetimos sem pensar ou reclamar, porque “é assim que sempre foi” ou “para quê complicar se é tão fácil desse jeito?”. Quando indagamos “onde está

o feminino na linguagem”, a velha desculpa é “eles nos representam”, “neles estão incluídas as mulheres”... Isso dizem, sempre disseram! Estar em um auditório de escola cheio de mulheres e escutar “nós professores sabemos que...” ou “a confraternização vai ser na sala dos professores” é aparentemente “natural e normal”.

Em certo momento de minhas tentativas, puramente ideológicas, de justificar a mim mesmo, a linguagem machista que usava, percebi a mentira ou a ocultação da verdade que havia na afirmação: “Quando falo homem, a mulher está incluída”. E por que os homens não se acham incluídos quando dizemos: “As mulheres estão decididas a mudar o mundo”? Nenhum homem se acharia incluído no discurso de nenhum orador ou no texto de nenhum autor que escrevesse: “As mulheres estão decididas a mudar o mundo”. Da mesma forma como se espantam (os homens) quando a um auditório quase totalmente feminino, com dois ou três homens apenas, digo: “Todas vocês deveriam” etc. Para os homens presentes ou eu não conheço a sintaxe da língua portuguesa ou estou procurando “brincar” com eles. O impossível é que se pensem incluídos no meu discurso. Como explicar, a não ser ideologicamente, a regra segundo a qual se há duzentas mulheres numa sala e só um homem devo dizer: “Eles todos são trabalhadores e dedicados?”. Isto não é, na verdade, um problema gramatical, mas ideológico. (FREIRE, 1997, p. 35).

Menos ainda surpreende receber, em casa, um bilhete da escola convocando para uma reunião com a seguinte chamada: “senhores pais...”. Nenhuma dessas situações perturba, causa estranheza ou estremece. Entretanto, deveriam.

A discriminação da mulher, expressada e feita pelo discurso machista e encarnada em práticas concretas é uma forma colonial de tratá-la, incompatível, portanto, com

qualquer posição progressista, de mulher ou de homem, pouco importa. (FREIRE, 1997, p. 34-35).

O que é a linguagem? Segundo o dicionário Houaiss (2001, p. 1.763) é “qualquer meio sistemático de comunicar ideias ou sentimentos através de signos convencionais, sonoros, gráficos, gestuais etc”. Então, por analogia, podemos afirmar que, se estamos fora da linguagem (ou incluídas sem aparecer), não fazemos parte do pensamento e, menos ainda, das significações. A linguagem é comunicação, cheia de símbolos e significados. A comunicação, nossa linguagem, é a representação de uma realidade que é criada e recriada por nós.

Para exemplificar o que destaca a citação anterior na qual o dicionário da língua portuguesa coloca a definição clássica sobre a linguagem, faremos referência a um trabalho pedagógico realizado sobre os estereótipos de gênero⁴: uma turma escolar britânica foi convidada pelas professoras a desenhar “um bombeiro, um piloto de avião e um neurocirurgião” – salientando que, originalmente, em inglês, os substantivos não possuem gênero – todas as crianças na sala de aula vibravam com a atividade, davam risadas do que estava sendo desenhado e até colocavam nomes nos personagens que criavam; os desenhos e os nomes foram mormente masculinos. No entanto, uma importante surpresa veio como culminação da atividade: as professoras convidaram pessoas que atuam nessas profissões para entrarem na sala de aula e, para o estranhamento de muitas crianças, elas eram mulheres. No vídeo, um menino chega a gritar: “Isso é mentira, elas estão fantasiadas!”.

Fantasiadas?! Fantasiada está a linguagem. Fantasiada está a realidade por causa da linguagem que utilizamos. Falar “a bombeira”, “a pilota”, “a neurocirurgiã”, é tão aberrante quanto falar

4. EMPODERE DUAS MULHERES. [S.I.], 23 maio 2016. Disponível em: <<https://www.facebook.com/emponderduasmulheres/videos/1084718574935463/>>. Acesso em: 2 fev. 2018.

“a presidenta”. Isso nós aprendemos. Dizem (quem?) que falar “a presidenta” não pode, que isso não está correto (por quê?). Nem o corretor ortográfico do computador reconhece (o quê?). Mas não fiquemos tristes, aprendemos e repetimos: “no masculino, estamos incluídas!”.

É mesmo? Estamos incluídas? Sempre estamos incluídas? Os estudos feministas nos ensinam a “suspeitar” para poder encontrar, reconhecer e transformar. Onde e quando estamos incluídas? É evidente que o feminino, aparentemente, encontra-se “incluído” nessa linguagem masculina e machista quando culturalmente e socialmente convém. Nas palavras de Hierro (2007, p. 16), “recientemente nos dimos cuenta que ‘hombres’ no significa ‘mujeres’; que la humanidad no éramos nosotras”. De acordo com Gebara (1997, p. 68), “o masculino não pode mais ser sinônimo de humano”.

Em um mundo pensado por homens e para homens, o gênero feminino estar em uma posição subentendida e subalterna é algo que contribui para a perpetuação da chamada “ordem”, ao legitimar relações hierárquicas de opressão, exclusão e exploração das mulheres.

Para tanto, observamos que “as culturas” e “as sociedades” androcêntricas “são inteligentes” nas suas propostas linguísticas e nas aplicações delas. Por exemplo, para falar de pilotas, bombeiras, neurocirurgiãs e presidentas há impedimentos – não é “amplo” o suficiente –, mas para usarem os vocábulos “cadelas, vagabundas, vadias e putas”, quando somos xingadas, a linguagem se desloca totalmente para o feminino. Hipocrisia social e cultural que perpetuamos e legitimamos, ao afirmar que a linguagem que conhecemos é a correta e que a almejada “linguagem inclusiva” é desnecessária.

Ademais, somos cúmplices da nossa invisibilidade e da nossa não existência. Não é por acaso que, a Real Academia Española, que banaliza e satiriza a linguagem inclusiva, praticamente não tenha tido integrantes e

representantes mulheres por séculos. Não é por acaso que somos “menos conhecidas” como teólogas, filósofas, escritoras, pintoras, engenheiras, cientistas, pesquisadoras (dentre muitas outras profissões) na história, seja local, regional ou mundial. Não nos enganemos, nós estávamos lá, desde sempre, mas estávamos do jeito que era permitido e correto: “incluídas” na flexão do gênero no masculino e no plural.

Para Perrot (2005), a sociedade patriarcal nos levou ao silenciamento, exclusão e anonimato das mulheres ao longo da história. As mulheres são protagonistas da história! Não podemos nos contentar em ser representadas por um masculino plural, em uma linguagem que se apropria de nossa humanidade, que nos “coisifica”, que tem retirado historicamente e retira cotidianamente nossa passagem pelo mundo.

O masculino não inclui o feminino. Ter pensado, agido e legitimado essa “linguagem oficial” de subjugação do feminino permitiu e permite que as mulheres, ontologicamente, simples ou complexamente, “não sejamos”.

A linguagem “oficial” é sexista

O sexismo é o comportamento que privilegia um gênero, ou orientação sexual, em detrimento do outro (AMORÓS, 1985). Como já foi dito e trabalhado, a linguagem inclusiva propõe desconstruir a ideia do masculino como universal. A linguagem inclusiva deseja desconstruir o sexismo estabelecido na linguagem. Falamos de sexismo na linguagem quando ela se converte em “reprodutora da atribuição de valores, capacidades e papéis diferentes a homens e mulheres em função de seu sexo, desvalorizando as atividades femininas com relação às masculinas” (FRANCO; CERVERA, 2013, p. 22).

Voltemos ao grito do menino, que emitiu a frase “Isso é mentira, elas estão fantasiadas”, e perguntemos: por quê? Estar fantasiada, nesse

caso, significa não ser verdadeira, significa representar uma outra pessoa. Significa, de alguma maneira, estar usurpando o lugar que tem sido legitimado para ser de alguém, e que não é você.

Além dos nomes masculinos nas profissões representadas nos desenhos do vídeo, existe toda uma carga sexista e cultural que ampara tal afirmação. No imaginário, mulheres não podem estar fazendo parte dessas profissões porque elas requerem inteligência, valentia, sagacidade, audácia etc., e esses adjetivos, no imaginário coletivo, não qualificam mulheres; eles têm sido historicamente atribuídos somente aos homens. Relações de dominação e superioridade – dos homens com relação às mulheres – são o resultado dos papéis assumidos por cada uma das pessoas na trama da linguagem.

Lagarde (2005) e outras feministas apelam à invenção e utilização de outras palavras “não violentas” quando se faz uso da proposta da linguagem inclusiva, isso porque o sexismo na “linguagem oficial”, que hoje utilizamos, está também representado ou traduzido por palavras como luta, combate, eliminação, entre outras. Essas palavras imprimem no imaginário social: machos, força e violência na resolução de conflito. Logo, vem ao encontro de um estereótipo masculino patentado do qual não se espera outro tipo de comportamento, e pelo qual os homens são cobrados.

Outro exemplo de sexismo na linguagem são as próprias piadas sexistas. Aparentemente doces, encantadoras, carinhosas, galanteadoras e sem maldade, são essas frases ditas por homens, e convertidas em clichês, às quais se espera (socialmente) que as mulheres retribuam com sorriso e agradecem. Trazemos como exemplos: “Mocinha, com você, a gente paga a dívida externa e ainda fica dinheiro para o país” ou “Menina, se você cozinha do jeito que você caminha dá pra comer todo dia no teu restaurante” – ambas fazem parte do vasto repertório existente em nossos países imersos em uma cultura machista e sustentada pela

sociedade patriarcal. Tais frases, usadas no cotidiano, são demonstrações das relações desiguais, de apropriação, poder e superioridade (de quem?). Mulher-coisa, mulher-objeto... Um corpo-coisa-objeto que pode ser roubado, vendido, trocado, usado, usurpado, maltratado, machucado. Mulher, “mocinha e menina”, diminuída na fala para transmitir a ideia de que necessita de orientação e proteção, que necessita de alguém que pense e faça por ela, necessita de um outro que seja o responsável.

Naturalizar as palavras e frases tem trazido, ao imaginário e ao cotidiano, a ideia de mulher como território a ser dominado e explorado, mulher-objeto que o homem possui e faz seu, sobre o qual tem plenos poderes. Sexismo e machismo exacerbados em uma cultura do estupro instaurada, banalizada e redimensionada cotidianamente (CASTRO, 2016).

Linguagem inclusiva: uma reconstrução necessária

A linguagem inclusiva é muito mais que adicionar um “a” àquelas palavras para as quais só existe um “o” legitimado. Lagarde (2016) conta, entre risos, que tinha uma conhecida que falava tudo com “a” e, cotidianamente, passava serrote na vida das companheiras. A linguagem inclusiva não pode ser algo aprendido e executado mecanicamente, ela precisa passar pelos corpos, marcar os corpos desde uma ética diferente, uma ética que se fundamente no reconhecimento da diversidade e na igualdade de direitos das pessoas (GEBARA, 2008).

Não existe um caminho para apropriar-se da linguagem inclusiva, para colocá-la em prática. Tem pessoas que, ao escrever, usam “a/o” (amiga/o). Outras utilizam “@” (querid@s) ou optam pelo “x” (professorxs) ou pelo “e” (todes). Há, ainda, quem use termos genéricos (cidadania, povo, pessoas etc.). Cada uma dessas, e outras variantes,

têm a sua justificativa inclusiva e política.

Tentar falar que um método é o correto ou que outro método seria o mais apropriado é voltar àquilo a que se critica e a que precisamos mudar: o reconhecimento do oficial monolítico perante uma diversidade gritante no cotidiano. “Não há caminho único”, afirmou o poeta espanhol Antonio Machado . O caminho tem que ser feito ao andar. Fazer caminhos ao andar é o que estamos propondo, caminhos plurais...

A linguagem inclusiva parte de uma nova ética feminista e popular para propor uma nova estética feminista e popular. Linguagem inclusiva é essa nova estética da diversidade, revolucionária e em movimento constante. Não são normas estabelecidas por alguém erudito junto a uma escrivinha. São palavras e frases em que pessoas conseguem se enxergar, com as quais sentem identificação; palavras e frases que pulsam, que dão vida porque partem da própria vida.

A linguagem inclusiva quer fazer efetiva a mudança: de relações hierárquicas de poder para relações de redes humanizadas, por isso constitui-se em uma ética relacional. Assim, Freire (1997, p. 36) assinala que:

“Não é puro idealismo, acrescente-se, não esperar que o mundo mude radicalmente para que se vá mudando a linguagem. Mudar a linguagem faz parte do processo de mudar o mundo. A relação entre linguagem-pensamento-mundo é uma relação dialética, processual, contraditória. É claro que a superação do discurso machista, como a superação de qualquer discurso autoritário, exige ou nos coloca a

necessidade de, concomitantemente com o novo discurso, democrático, antidiscriminatório, nos engajarmos em práticas também democráticas.

Relações de redes humanizadas, redes que se formam no cotidiano e partem de experiências concretas, que se reconhecem pela necessidade de dignificar a vida. Redes que “não caem do céu”, frutos da caminhada, estudo, suspeita, interpretação, identificação, necessidade e de ser e estar plenamente em um mundo ao qual temos direito pelo fato de nele termos nascidas/os. A linguagem inclusiva não é “a bandeira”; ela é uma das bandeiras necessárias para a transformação social e cultural – que não é mero capricho, que constitui imperativo existencial e histórico (FREIRE, 1997).

A implementação da linguagem inclusiva permite enfrentar violências, desmontar a misoginia, desmascarar estigmas, reparar a desconfiança entre as mulheres, superar binarismos, repensar nossos conceitos, erradicar discriminações, explorações e exclusões, dissolver tudo o que cause perda da liberdade, propor a reconstrução dinâmica de significados, de novos referenciais, de novos paradigmas. Isso tudo que parece tão complexo, com tantas pautas, e que chega, por vezes, até o cansaço pelos pequenos avanços e conquistas.

“Hoje me refiro sempre a mulher e homem ou seres humanos. Prefiro, às vezes, enfeiar a frase explicitando, contudo, minha recusa à linguagem machista”, assume Freire (1997, p. 34). A responsabilidade é coletiva, e outros modos de ser e de viver carecem ser possíveis, desde já, neste nosso mundo.

Referências

- AMORÓS, C. *Crítica a la razón patriarcal*. Barcelona: Antropos Editorial del hombre, 1985. 331 p.
- CASTRO, A. M. Formação docente e feminismo: #30 contra todas! In: OLIVEIRA, E. F. R. de; CARREIRO, E. J. S. SEMINÁRIO VOZES DA EDUCAÇÃO 20 ANOS: MEMÓRIAS, POLÍTICAS E FORMAÇÃO DOCENTE, 6., 2016, Rio de Janeiro. **Resumos...** Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 2016. p. 1-12.

CONCEJALÍA DE IGUALDAD FUENLABRADA. **Conferencia de Marcela Lagarde sobre “la sororidad”**. 2013. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=8CKCCy6R2_g>. Acesso em: 18 fev. 2018.

EMPODERE DUAS MULHERES. 2016. Disponível em: <<https://www.facebook.com/empodereduasmulheres/videos/1084718574935463/>>. Acesso em: 2 fev. 2018.

FRANCO, P. V.; CERVERA, J. P. **Manual para o uso não sexista da linguagem**. Disponível em: <www.observatoriodegenero.gov.br/menu/publicacoes/outros-artigos-e-publicacoes/manual-para-o-uso-nao-sexista-da-linguagem>. Acesso em: 18 fev. 2018.

FREIRE, P. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. 245 p.

_____. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1964. 256 p.

GEBARA, I. As epistemologias teológicas e suas consequências. In: NEUENFELDT, E.; BERGSCH, K.; PARLOW, M. (Org.). **Epistemologia, violência, sexualidade: olhares, do II Congresso Latino-Americano de Gênero e Religião**. São Leopoldo: Sinodal, 2008. p. 31-50.

HIERRO, G. **De la domesticación a la educación de las mexicanas**. México: Torres Asociados, 2007. 122 p.

HOUAISS, A.; VILLAR, M. S.; FRANCO, F. M. de M. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011. 1.986 p.

LAGARDE, M. **Los cautiverios de las mujeres: madresposas, monjas, putas, presas y locas**. 4. ed. Ciudad de México: UNAM, 2005. 884 p.

_____. **Vías para el empoderamiento de las mujeres**. Disponível em: <<http://construyetucurso.cenicentas.es/2012/10/vias-para-el-empoderamiento-de-las.html>>. Acesso em: 8 mar. 2016.

MACHADO, A. **Cantares**. Disponível em: <<http://blogs.utopia.org.br/poesialatina/cantares-antonio-machado/>>. Acesso em: 10 fev. 2018.

PERROT, M. **As mulheres ou os silêncios da história**. Florianópolis: Edusc, 2005. 519 p.

WOOLF, V. **Um teto todo seu**. São Paulo. Tordesilhas, 2016. 139 p.

Submetido em 16 de fevereiro de 2018.

Aprovado em 9 de abril de 2018.